

Aprovada por despacho de 17-12-2004 exarado na  
informação n.º I-IGFSS/#DGA-DAI-NCP/309654/2024

## **CONVITE**

**SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA À EMPREITADA  
DE OBRAS PÚBLICAS CONSUBSTANCIADA EM OBRAS  
DE REABILITAÇÃO INTEGRAL DO INTERIOR DO  
EDIFÍCIO SITO NA AVENIDA MANUEL DA MAIA, N.º  
58, EM LISBOA**

**AJUSTE DIRETO N.º 2124000256**

## ÍNDICE

ARTIGO 1.º - OBJETO	3
ARTIGO 2.º - ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE	3
ARTIGO 3.º - ÓRGÃO COMPETENTE	3
ARTIGO 4.º - FUNDAMENTO DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO	3
ARTIGO 5.º - PLATAFORMA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	3
ARTIGO 6.º - PREÇO BASE	4
ARTIGO 7.º - PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	4
ARTIGO 8.º - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS	4
ARTIGO 9.º - DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA	5
ARTIGO 10.º - PROPOSTAS VARIANTES	5
ARTIGO 11.º - NEGOCIAÇÃO	5
ARTIGO 12.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
ARTIGO 13.º - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO	6
ARTIGO 14.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	6

**CONVITE****SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA À EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS CONSUBSTANCIADA EM OBRAS DE REABILITAÇÃO INTEGRAL DO INTERIOR DO EDIFÍCIO SITO NA AVENIDA MANUEL DA MAIA, N.º 58, EM LISBOA****AJUSTE DIRETO N.º 2124000256**

Em cumprimento do disposto no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), convida-se V. Ex.ª a apresentar proposta no âmbito da contratação de serviços de assistência técnica à empreitada de obras públicas consubstanciada em obras de reabilitação integral do interior do edifício sito na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, em Lisboa, pertencente ao Património Imobiliário do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. (IGFSS), cujos termos e condições constam do caderno de encargos do procedimento e do presente convite, onde são indicadas as especificações e outros elementos que nos termos legais, terão de ser observados.

**ARTIGO 1.º - OBJETO**

1. O presente convite tem por objeto a contratação de serviços de assistência técnica à empreitada de obras públicas consubstanciada em obras de reabilitação integral do interior do edifício sito na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, em Lisboa, pertencente ao Património Imobiliário do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. (IGFSS).
2. O serviço de Assistência Técnica, decorre dos projetos de especialidades já elaborados e aprovados no âmbito do contrato nº 1001/20/00048 e Procedimentos nº 1001/21/0000092 e 1001/22/0000038.
3. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos Contratos Públicos - Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) a prestação de serviços tem a seguinte classificação: 71200000-0 - Serviços de arquitetura e afins

**ARTIGO 2.º - ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE**

A entidade pública contratante é o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., adiante designado por IGFSS, com sede na Av. Manuel da Maia, n.º 58, 1049-002 Lisboa, com os números de telefone 21 843 33 00, de fax 21 843 37 12 e correio eletrónico [igfss-dga-dai@seg-social.pt](mailto:igfss-dga-dai@seg-social.pt).

**ARTIGO 3.º - ÓRGÃO COMPETENTE**

O procedimento foi aberto na sequência do despacho da Sra. Diretora da Direção de Administração e Infraestruturas do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., Dr.ª Natália Mendes, no uso de competência subdelegada, nos termos dos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o ponto 2.5 do Despacho n.º 12229/2022, de 21 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 130, de 19 de outubro, e com alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

**ARTIGO 4.º - FUNDAMENTO DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO**

O presente convite é efetuado ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

**ARTIGO 5.º - PLATAFORMA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

Todo o procedimento relativo à contratação da prestação de serviços objeto do presente concurso público será desenvolvido através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

**ARTIGO 6.º - PREÇO BASE**

1. O preço base, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, é de 7.875,00 EUR (sete mil, oitocentos e setenta e cinco euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no n.º 1 do presente artigo inclui todos os custos, encargos e despesas, incluindo o processo de licenciamento/comunicação prévia, visando obter o alvará de licença de construção, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao IGFSS, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Nos preços referidos no n.º 1 do presente artigo não estão incluídos os custos com pagamentos de impostos, taxas, emolumentos ou quaisquer outros encargos perante Câmaras Municipais ou outras entidades, os quais serão suportados pelo IGFSS.
4. Quaisquer atividades diretamente relacionadas com o objeto dos documentos contratuais, que decorram da normal execução do contrato, mas que não estejam especialmente previstas, e que venham a ser aconselhadas por força das circunstâncias, consideram-se como prestações acessórias, não dando lugar a qualquer pagamento para além do que ficar contratado.
5. O valor dos honorários do projetista é fixo e não revisível, retribui todos os serviços contratados, incluindo o pagamento de todas as especialidades e demais trabalhos subsidiários, designadamente os estudos auxiliares contratados e todos os custos inerentes à prestação de serviços.
6. As repetições dos projetos reprovados pelo IGFSS e ainda daqueles que tenham sido aprovados, mas apresentem erros, omissões ou quaisquer outras deficiências não serão remuneradas, correndo por conta do projetista todos os trabalhos e encargos inerentes à sua realização.
7. Será excluída a proposta em que o preço contratual seja superior ao preço base definido no número 1 do presente artigo e nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

**ARTIGO 7.º - PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

1. As propostas e os documentos que instruem a proposta de preço deverão ser enviados através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até às 23:59h do 3.º dia a contar da data de envio do convite.
2. A data-limite fixada no número anterior pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o convite ou o caderno de encargos não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
3. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido.
4. O prazo previsto para a apresentação de propostas não se suspende aos sábados, domingos ou feriados.

**ARTIGO 8.º - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

1. Os interessados podem solicitar, através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos, bem como apresentar lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, durante o primeiro terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.
2. Os esclarecimentos devem ser prestados, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior, considerando-se rejeitados todos os que, até final deste prazo, não sejam expressamente aceites.

### ARTIGO 9.º - DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
  - 1.1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual;
  - 1.2. **Documento que contenha os atributos da proposta** de acordo com os quais o concorrente se dispõe contratar, identificando designadamente:
    - 1.2.1. “Ficheiro de apresentação de Proposta”:
      - O preço global da proposta em euros, sem inclusão de IVA;
    - 1.2.2. Lista da equipa técnica e respetivas habilitações de acordo com a cláusula 12.ª do caderno de encargos.
  - 1.3. **Documentos que contenham os termos ou condições**, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais o IGFSS pretende que o concorrente se vincule:
    - 1.3.1. Condições de pagamento.
    - 1.3.2. Prazo de manutenção da proposta.
2. Em caso de discrepância entre preços apresentados no “ficheiro de apresentação de Proposta” e quaisquer outros apresentados em documentos que acompanham a proposta, prevalecem os primeiros.
3. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, por os considerar indispensáveis.
4. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa.
5. A proposta, bem como todos os documentos a esta associados, devem ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes legais, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sendo que nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
6. O convidado fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 (sessenta e seis) dias contados da data limite para a sua entrega.
7. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados em formato digital, cumprindo o estipulado no Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), que define as especificações técnicas e os formatos digitais a adotar pela Administração Pública, nos termos previstos na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, e ser inseridos nos respetivos campos da plataforma eletrónica, sendo ainda aceites documentos nos seguintes formatos digitais: \*.dwg, \*.doc, \*.xls, \*.mpp ou \*.pdf.
8. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

### ARTIGO 10.º - PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### ARTIGO 11.º - NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar à negociação da proposta.

**ARTIGO 12.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de 2 (dois) dias, deve o adjudicatário entregar os seguintes documentos de habilitação:
  - 1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação;
  - 1.2. Certidão emitida pelo Serviço de Finanças que ateste a sua situação contributiva regularizada;
  - 1.3. Certidão emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., que ateste que tem a sua situação regularizada perante a mesma;
  - 1.4. Certidão da Conservatória do Registo Comercial com a indicação dos representantes legais da Sociedade com poderes para proceder à outorga e a que título, pois caso seja por mandato, será necessário apresentar a respetiva procuração;
  - 1.5. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (declaração de registo criminal dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e certificado de registo criminal da pessoa coletiva).
2. O IGFSS concede ao adjudicatário o prazo de 2 (dois) dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que constituam motivo de caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

**ARTIGO 13.º - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO**

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de 2 (dois) dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aceite a mesma minuta.
3. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.
4. Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato será assinado pelos outorgantes com recurso a assinatura digital qualificada;

**ARTIGO 14.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o que estiver omissa no convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

